

Fogo cerrado

A inflação está em alta. E os sinais são de que continuará a subir. Os motivos são vários, estruturais e conjunturais — desde a colossal dívida interna, até a cultura da remarcação de preços. Nessas circunstâncias, nada mais natural que o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, responsável pela condução da política econômica, esteja sob intenso bombardeio, dentro e fora do Governo.

A culpa, no entanto, não é exatamente dele, nem o bombardeio começou agora. O ministro não pode ser responsabilizado pelo delito maior de que o mercado e os políticos acusam o Governo: indefinição de rumos e de regras. Esse delito tem sido debitado mais à personalidade irresoluta do presidente Itamar Franco. Em questões cruciais para a definição dos rumos econômicos, como a privatização de estatais, suas intervenções, ao invés de clarear, aumentam a confusão no mercado.

Sabe-se que doutrinariamente Itamar é contrário à privatização em larga escala. Mas, em suas declarações, diz que não sustará o processo. A seguir, no entanto, edita um decreto que, em termos práticos, complica ou mesmo inviabiliza esse processo, circunscrevendo-o a seu juízo subjetivo. Essa a queixa que mais se ouve entre empresários, especialmente os de São Paulo, que, no entanto, não poupam elogios ao ministro Haddad. Agrada ao empresariado da Fiesp — que hostilizou inicialmente a dupla Haddad-Krause — o ideário liberal do ministro, bem como sua natureza firme e serena.

Nisso, parece-se com Marcílio, um homem avesso a jogadas de impate, que peguem de surpresa os agentes econômicos. Haddad não pratica a terapia do susto. Cultiva o diálogo e, diz-se, gosta de ouvir sugestões. Não é obviamente qualidade que esteja so-

brando na praça. Daí o prestígio que vem conquistando junto à iniciativa privada. O bombardeio ao ministro vem dos governadores, com conexões dentro do próprio Governo. E a causa não é a inflação ou a taxa de juros.

Haddad está mexendo em algumas casas de marimbondos. Uma delas: as dívidas dos estados e municípios. Quer acabar com a cultura do calote. O ajuste fiscal, ontem votado em segundo turno na Câmara (falta ainda o Senado), proíbe que os tesouros estaduais lancem títulos no mercado, expediente que facilita a gastança e perpetua o endividamento. O raciocínio é óbvio: o Governo Federal está empenhado em conter seu déficit, mas, sem que haja idêntica disposição nos âmbitos municipal e estadual, nada feito. Desnecessário dizer que essa disposição não está exatamente visível. Daí a necessidade de um empurrãozinho.

Itamar quer um governo atuante na área social, que vive um de seus instantes mais dramáticos. Em termos práticos, isso significa gastar mais. Para fazê-lo, é preciso arrecadar mais. E aí está o nó górdio da história: quem pode contribuir — e é cada vez menos gente — tem poderes suficientes para resistir e cobrar do Governo que também faça sua parte. Isto é, que reduza despesas. E que aprenda a cobrar também em seu próprio âmbito: de prefeitos e governadores.

A Haddad cabe a parte menos simpática, em um Governo que cultiva imagem sensível e paternal: reduzir as despesas da máquina governamental e aumentar a arrecadação de impostos. O resultado é o que está aí: atraiu para si a fúria dos políticos e as desconfianças de seus próprios colegas de Governo. Até mesmo, diz-se, de Itamar — seu ex-aluno de economia.